

REQUERIMENTO

Do Sr. Cabo Júlio

Requer a convocação do Ministro da Justiça para prestar esclarecimentos sobre o aumento salarial concedido à Polícia Federal, não estendendo o mesmo à Polícia Rodoviária Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 do Regimento Interno, que seja convocado o Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, para comparecer a esta Comissão em reunião de audiência pública a fim de prestar esclarecimentos sobre o aumento salarial concedido aos policiais federais, não estendo o mesmo aos policiais rodoviários federais.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Justiça vem adotando uma política salarial diferenciada entre as duas categorias de policias existentes na União. Embora o ingresso na Polícia Federal seja através de curso superior, o nível da carreira para as duas policias é de nível técnico. No final de 2004 a Polícia Federal realizou um movimento reivindicatório que culminou com o recebimento de um aumento de 17%. Na ocasião a Polícia Rodoviária Federal foi orientada pelo MJ a não realizar uma paralisação semelhante, "...uma vez que o governo não negocia com categorias que estivessem em greve". Aconteceu exatamente o contrário, a PRF que acatou sugestão do MJ foi preterida e a PF



conseguiu um aumento salarial. As pretensões da PF são justas e merecidas, mas não podemos concordar que não exista uma isonomia no tratamento entre a PRF e a PF. Por isso é necessário que está comissão conheça as pretensões do Ministério da Justiça no trato com as policias da União, para que a insatisfação existente na instituição não culmine com um movimento reivindicatório que poderá se tornar uma paralisação em todo o país, o que pode prejudicar a população brasileira.

Existem rumores de que a Polícia Federal nos próximos dias irá receber um novo aumento salarial de mais 50%, além dos 17% recebidos. A Polícia Federal merece todo o reconhecimento desta comissão pelos serviços prestados ao povo brasileiro, porém devemos questionar o posicionamento do Ministro da Justiça sobre a não extensão do aumento salarial a Polícia Rodoviária Federal.

No inicio do ano estive reunido com o Assessor Especial do MJ Dr. Paulo Pires e com o Assessor Parlamentar do Ministério do Planejamento Dr. Luiz Gonzaga Baião, onde ambos garantiram a este parlamentar que não haveria qualquer tratamento diferenciado entre a PRF e a PF.

Sala da Comissão, em 09 de fevereiro de 2006.

Deputado **CABO JÚLIO**
PMDB/MG



31DAFE9F33